

## NEGOCIAÇÕES ENTRE PALESTINOS E ISRAELENSES DESDE OS ACORDOS DE OSLO NA DÉCADA DE 1990: AVANÇOS OU RETROCESSOS?

*Héros Tamiozzo de Aguiar<sup>1</sup>*

**Resumo:** Dos *pogroms* ao movimento sionista; dos *kibutzim* israelenses aos refugiados palestinos; das guerras às tentativas de aproximação – os acordos de Oslo, forjados no contexto do pós-Guerra Fria, representam divisores de águas. O mundo observava estático o aperto de mãos de Yitzhak Rabin e Yasser Arafat testemunhado por Bill Clinton em 1993. Oslo entrava em vigor com o caráter de acordo formal, mas representava mais do que isso. Pela primeira vez, após quarenta e cinco anos de alarmante violência e conflitos incessantes, a saudação representava a esperança do comprometimento para a consolidação da paz entre os dois povos, emergindo como um marco histórico.

**Palavras chave:** Acordos de Oslo, Palestina, Israel.

**Abstract:** From *pogroms* to Zionism; from israeli *kibutzim* to Palestinian refugees; from wars to approach attempts – the Oslo Accords, forged in the context of post-Cold War, represent a watershed event. The world watched still the handshake of Yitzhak Rabin and Yasser Arafat witnessed by Bill Clinton in 1993. Oslo entered in force in the character of a formal accord, however represented more than that. For the first time, after forty five years of startling violence and nonstop conflicts, the salutation represented the hope to a committal for the establishment of peace between the two people, emerging as a historical mark.

**Keywords:** Oslo Accords, Palestine, Israel.

### 1. Introdução: Histórico da ocupação do território da Palestina

O povo judeu teve sua origem na Palestina exercendo domínio sobre o território desde século XII a.C até o segundo século da Era Cristã, momento em que o Império Romano os impeliu para fora de sua terra natal. Na história subsequente, a “faixa estreita de terra” esteve sob a tutela de diversos povos. (CUMMINS, 2010).

“Em meados do século XIX, a maior parte dos judeus vivia na Europa Oriental, sobretudo Polônia, Lituânia, Rússia e Hungria.” (SALEM, 1986, p. 11)

Os judeus desempenhavam um importante papel nessas regiões através do comércio e da usura, vivendo em harmonia com os setores e habitantes locais. Esse cenário foi paulatinamente transformado à medida que as burguesias nacionais passaram a ver os judeus como concorrentes indesejáveis.<sup>2</sup> Com a transição da era feudal para o sistema industrial na Europa, houve migração massiva do campo para as cidades

---

<sup>1</sup> Graduando em Relações Internacionais. Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIC do Centro Universitário Moura Lacerd a. heros.tamiozzo@gmail.com

<sup>2</sup> SALEM, 1986.

resultando em hordas de desempregados. Com condições de vida miseráveis as doenças se alastraram.

Em 1881 após o assassinato de Alexandre II, assume o trono da Rússia seu neto Nicolau<sup>3</sup>. As autoridades czaristas resolveram culpar os judeus pelas mazelas do povo russo:

“...era muito mais conveniente para essas mesmas classes dominantes que o povo atribuisse a sua desgraça não a quem tinha poder... mas a terceiros: os judeus. Assim não se trataria de lutar contra o injusto e repressivo regime imperial, mas contra os judeus que ocupavam os postos de trabalho dos russos...” (SALEM, 1986, p. 12)

No decorrer de 20 anos, milhares deles foram massacrados.

“Centenas de milhares deles que escaparam dos pogroms<sup>4</sup> fogem para a América. Outros permanecem [para apoiar] a revolução e alguns poucos, um punhado de românticos sonhadores, inventam o sionismo.” (BITTON, Palestina, A História de uma Terra, 1992)

As primeiras imigrações para o então território da Palestina foram viabilizadas por barões como Rothschild e Maurice de Hirsch que financiavam a formação das colônias. Esse “retorno inicial”, a princípio, passou despercebido aos olhos dos camponeses árabes da região. Em 1860, em Budapeste, Hungria, nasce Theodor Herzl, jornalista e visionário do

Estado judeu. Ao acompanhar o julgamento de Alfred Dreyfus na França, em 1894, Herzl presenciou o antissemitismo e injustiça. O oficial francês judeu estava sendo condenado por espionagem mesmo quando as evidências testificavam a favor de sua inocência. Durante o processo Herzl ouviu, em manifestações em Paris, canções que apregoavam “morte aos judeus”. Motivo que o levou a escrever:

“Se até mesmo a França do Iluminismo procura levar os judeus à morte, devemos ter a nossa própria terra, um Estado onde sejamos nós os senhores.” (BITTON, Palestina, A História de uma Terra, 1992)

## 2. Surgimento do movimento sionista

Basiléia, Suíça, foi palco, em 1897, para o primeiro congresso sionista que deu origem à então conhecida Organização Sionista Mundial (OSM). O Sionismo emergia como um movimento nacionalista a fim de estabelecer um “Lar Nacional” para os judeus, distinguindo-se, portanto, das colônias imperiais ocidentais como constata Houat:

“... o objetivo final não era manter um território dependente e fornecedor de riquezas para a metrópole, e sim conquistar e transformar esse território em algo novo, capaz de sediar o Estado imaginado.” (HOUAT, 2008, p. 295)

Contribuindo com o raciocínio:

---

<sup>3</sup> Nicolau foi o último Czar da Rússia. Czar: “Imperador”. Título utilizado pelos mandatários russos.

<sup>4</sup> Atos de violência contra uma minoria étnica. Historicamente o termo faz alusão à perseguição e assassinio de judeus

“... o processo de colonização sionista tinha uma peculiaridade muito própria... não pretendia explorar a mão de obra nativa, mas substituí-la na totalidade pela imigrante.” (SALEM, 1986, p. 19)

Consequindo o apoio da Inglaterra, posteriormente, os judeus vislumbram a transição de um sonho utópico para a real possibilidade do estabelecimento da entidade nacional judaica na Palestina que ainda estava sob jugo otomano.

Eclode a Primeira Guerra Mundial. O Império Otomano uniu forças com a Alemanha para o embate, mas ao término do conflito, e respectiva derrota, é desmantelado pelo Ocidente. Com a vitória dos aliados, o território é absorvido pela França, Itália e Inglaterra - esta última exercendo autoridade sobre a Palestina. Estes ficaram comprometidos em promover a libertação dos povos, até então oprimidos pelos otomanos.

A expectativa se eleva ainda mais quando a famosa declaração de Balfour<sup>5</sup> é transmitida aos sionistas por Lord Rothschild:

*“His Majesty’s Government view with favour the establishment in Palestine of a national home for the Jewish people, and will use their best endeavours to facilitate the achievement of this object, it being clearly understood that nothing shall be done which may prejudice the civil and religious rights of existing non-Jewish communities in Palestine, or the rights and political status enjoyed by Jews in any other country.”*<sup>6</sup> (BALFOUR DECLARATION, 1917)

Instantaneamente os atritos se agravaram. Por meio da contribuição de Salem evidencia-se a animosidade em relação ao posicionamento britânico:

“A ressalva britânica para que fossem respeitados os “direitos das comunidades não judias” era, certamente, muito questionável: como não entrar em choque com ela, ao se pretender criar um Lar Nacional de uma população estrangeira num território já povoado? Ora, a satisfação dos anseios sionistas... necessariamente haveria de se opor aos interesses dos habitantes árabes locais.”<sup>6</sup> (SALEM, 1986, p. 21)

Apesar da polêmica sobre a legitimidade de seu conteúdo, foi essa declaração que “abriu as portas para a implantação sionista na Palestina.”<sup>7</sup> A imigração judaica que continuara ininterrupta tomou uma dimensão ainda maior com a ascensão de Hitler e as perseguições do nazi-facismo. Entre 1932 e 1938 mais de 200 mil novos imigrantes chegaram à região.

Em 1936 explodem diversos conflitos explicitando o ódio árabe. A ocupação britânica somada à inércia internacional diante da persistente imigração judaica eclode em uma greve geral. O conflito perdura seis meses e os embates são diários; é declarado estado de emergência. No auge das turbulências a Inglaterra lança a Comissão Peel. A Comissão postulava a divisão do território em dois Estados com o

<sup>5</sup> A declaração de Balfour, como ficou conhecida, faz referência a seu autor, Arthur Balfour, então ministro das relações exteriores do Reino Unido.

<sup>6</sup> “O Governo de sua Majestade vê com bons olhos o estabelecimento de um lar nacional para o povo Judeu na Palestina e fará uso de seus melhores empreendimentos para a realização desse projeto, ficando claramente entendido que nada deve ser feito que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas na Palestina ou os direitos e condições políticas usufruídas pelos judeus em qualquer outro país.”

<sup>7</sup> SALEM, 1986, p. 21.

simultâneo encerramento do mandato britânico na Palestina. Para os Judeus a comissão gerou polêmica e uma série de discussões entre apoiadores e opositores; os Árabes rejeitaram a proposta como uma resolução para o impasse.<sup>8</sup>

Na história que se desenrolou, o fardo tornou-se pesado demais para os britânicos. A devastação gerada em seu país durante a Segunda Guerra Mundial e a percepção de que não havia como criar um Estado judeu sem ferir os direitos dos palestinos – revelando a inconsistência da Declaração Balfour – faz com que a responsabilidade seja delegada para a recém criada Organização das Nações Unidas<sup>9</sup>, anunciando, simultaneamente, sua retirada em maio de 1948.

### 3 .Criação do Estado de Israel

Em 1947 a Assembléia Geral da ONU abre um debate sobre a questão palestina. Contrariando os interesses do povo palestino e do mundo árabe, em 29 de novembro de 1947 a resolução 181 das Nações Unidas acerca da questão palestina é aprovada retomando a premissa de Peel: a divisão da Palestina em dois Estados. As ruas de Jerusalém são tomadas pelos árabes que saem manifestando sua indignação. Os judeus aceitam a resolução e deixam para mais tarde as questões relativas à delimitação de fronteiras.

Entre os principais entraves está a percepção de que 700 mil judeus ficariam com 53% do território enquanto 1,4 milhão de árabes-palestinos com 47%. Havia também o descontentamento em relação às políticas de imigração de judeus. Os Estados árabes vizinhos não aceitaram a resolução e manifestaram abertamente sua oposição a qualquer plano que proporcionasse ganhos para uma minoria.

Não se fala mais em conflitos; a guerra começou.

### 4. Guerras

Bregman (2002) define o ano de 1948 como um marco para o Oriente Médio; especialmente para o povo palestino. Para eles é o ano da *al-Nakba*<sup>10</sup>, o ano em que acaba o mandato britânico e eclode a primeira guerra árabe-israelense criando-se o problema dos refugiados palestinos.

O judeu-polonês David Ben-Gurion, pai do nascente Estado de Israel, declara a independência no dia 14 de maio de 1948. No dia seguinte é declarada a guerra, convergindo com o término do mandato inglês no território. Os países árabes<sup>11</sup> atacam Israel por três frentes distintas tendo como objetivo impedir que o ato de independência se consumasse.

Segundo Salem (1986) embora os árabes estivessem em maior número, eram mais despreparados. A URSS passou a enviar armas de fabricação tcheca<sup>12</sup>, viabilizando a resistência israelense. Embora as milícias árabes tenham se fundido formando o Exército Árabe de Libertação para combater os israelenses<sup>13</sup>, a derrota era fruto inevitável da dissensão política<sup>14</sup>, equipamentos obsoletos e falta de

---

<sup>8</sup> British Palestine Mandate: The Peel Commission (1937).

<sup>9</sup> Substituiu a Liga das Nações que vigorava desde 1919.

<sup>10</sup> “A Catástrofe.”

<sup>11</sup> Egito, Síria, Iraque, Transjordânia, Líbano e Arábia Saudita.

<sup>12</sup> Salem afirma que o apoio de Moscou à causa sionista se deu muito mais pelo intento de se opor aos ingleses que nesse momento do conflito apoiavam os árabes.

<sup>13</sup> CUMMINS, 2010.

<sup>14</sup> Segundo a contribuição de Cummins (2010) havia uma grande luta interna entre facções árabes. As muitas vezes soavam dissident es.

treinamento.

Em 1949 o conflito chega ao fim com a consolidação de acordos após o armistício. A faixa de Gaza fica sob a administração do Egito enquanto a margem ocidental do Rio Jordão<sup>15</sup> e Jerusalém Oriental sob a autoridade jordaniana.

“... durante a guerra de 1948 os soldados de Ben-Gurion, ao se apoderarem de novas parcelas do território palestino, tinham como objetivo claro o esvaziamento dessas terras de seus habitantes árabes lá estabelecidos, para serem povoadas por judeus.” (SALEM, 1986, pág.30)

A consolidação do Estado judeu só era possível se houvesse garantia de segurança. Dizer isso é afirmar, necessariamente, que o número de árabes presentes no território hebreu deveria ser minoria, o que evidencia desde já, a percepção israelense do problema demográfico, e fortalece o argumento da limpeza étnica – mesmo que parcial como afirma Benny Morris<sup>16</sup>.

“Evacuações de fato ocorreram, como em povoações como Lydda e Ramle, na estrada entre Tel Aviv e Jerusalém, assim como violentas ações dos grupos judaicos Irgun e Stern<sup>17</sup> contra aldeias árabes como Deir Yassin, na mesma estrada. [Entretanto] o êxodo de lideranças políticas e profissionais liberais... [desorientou] milhares de palestinos que, como quaisquer civis em meio a operações bélicas, e diante de um exército considerado inimigo, buscaram refúgio atrás das linhas consideradas amigas.” (LIMONCIC, 2005, p.144).

Esses fatores redundaram na diáspora dos palestinos que em 1950 somavam 900 mil refugiados nos países árabes vizinhos. Emerge então a questão palestina expandida por “... um ressentimento surdo... haja vista que os descendentes daqueles primeiros refugiados queriam a terra natal, assim como os sionistas uma vez buscaram a sua com tanto fervor.”<sup>18</sup>

Um novo Estado se estabelece, porém sobre fundamentos instáveis: o descontentamento árabe generalizado. Em breve, a credibilidade, determinação e capacidade que Israel tem de exercer sua autodefesa seriam postos à prova novamente, nomeadamente em 1956 durante a crise de Suez, em 1967 na Guerra dos Seis Dias<sup>19</sup> e em 1973 na guerra que ocorreu no feriado judaico de *Yom Kippur*.

O impacto das guerras de forma geral definiu a conduta dos atores nos anos subsequentes: Para os palestinos o fracasso árabe nas guerras – que não podiam defender-se – se traduzia na percepção de que teriam que lutar por si próprios<sup>20</sup>. Durante o período compreendido entre os anos de 1950 e 1967 iniciou-

<sup>15</sup> “a Cisjordânia, com 5 295 km<sup>2</sup> ou 20,5% da Palestina...” (SALEM, 1986, p.28).

<sup>16</sup> Em entrevista à revista *Época* (março de 2014 o historiador afirmou: “Claro que houve abusos, expulsões, uma limpeza étnica parcial. Mas não foi sistemático, tanto que Israel foi criado englobando 160 mil árabes.”

<sup>17</sup> Os Combatentes pela Liberdade de Israel (Stern e a Organização Militar Nacional (Irgun eram organizações paramilitares israelenses que estiveram à frente de atentados contra militares britânicos, e até mesmo contra civis. São consideradas milícias terroristas pelo atentado ao King David Hotel e diversos incidentes utilizando bombas em mercados árabes palestinos.

<sup>18</sup> CUMMINS, 2010, p. 263

<sup>19</sup> A guerra dos Seis dias culminou na aprovação da resolução 242 em 1967 que considera ilegítima a ocupação das Colinas de Golá, Península do Sinai, Gaza, e margem ocidental do rio Jordão por Israel. Embora tenha sido aprovada por unanimidade a resolução não foi aceita pelos protagonistas do conflito: Israel recusou devolver os territórios diante da recusa árabe em reconhecer o Estado de Israel. Essa afirmação pode ser testificada pela política adotada pelos países árabes em setembro do mesmo ano conhecida como política dos “três não”: Não ao reconhecimento, não à paz, não às negociações com Israel.

<sup>20</sup> Comprovando essa percepção Salem (1986 afirma que na I Conferência de Cúpula Árabe realizada no Cairo, o presidente egípcio Gamal Abdel

se a resistência palestina e formação de diversas organizações entre elas Al Fatah e a Organização para Libertação da Palestina (OLP). A disposição da OLP era a criação de um “Estado democrático e laico para judeus, cristãos e muçulmanos.”

Para Israel buscar maximizar a segurança e salvaguardar a sobrevivência do Estado era necessário, mas “... como esperar garantir a própria segurança, cultivando a insegurança absoluta dos seus vizinhos?”<sup>21</sup>. Dessa forma, o Estado hebreu não poderia ser uma ilha em meio ao oceano árabe.

Os países árabes não obtendo êxito por meio da guerra voltaram-se para o mecanismo econômico. A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) passou a utilizar a “arma” do petróleo<sup>22</sup>, pressionando o Ocidente a um maior engajamento para solucionar os entraves da questão árabe-israelense bem como para impor a discussão da questão palestina. O problema da paz no Oriente Médio passou a ser uma questão de interesse imediato na mente ocidental.

## 5. Camp David e o prelúdio para Oslo

Em 1969 no V Congresso Nacional Palestino realizado no Cairo, foi assinalado um marco para a OLP: o Al Fatah alcançaria a prevalência no Comitê Executivo. Yasser Arafat, engenheiro e líder do Fatah assumiria a presidência da OLP.<sup>23</sup> Com o amadurecimento da Resistência Palestina, a OLP passou a centrar seus esforços na trilha diplomática e não mais sob a égide militarista que ditou sua conduta no passado, o que lhe surtiu trunfos importantes:

“Com honras de chefe de Estado, ovacionado pelo plenário, Yasser Arafat falou pela primeira vez [em 1974] na Assembléia Geral das Nações Unidas... A OLP foi admitida como observadora permanente nas Nações Unidas... e passou a usufruir de uma simpatia crescente, sobretudo do bloco do chamado Terceiro Mundo.” (SALEM, 1986, pág.56 e 57)

Entretanto o entrave com Israel permanecia sólido. A política dos “três não” havia inviabilizado qualquer possibilidade de um acordo de paz coletivo entre os países árabes e Israel. Uma realidade que estava para mudar.

Negociações entre o primeiro-ministro israelense Menahem Begin e o presidente egípcio Anwar Sadat acompanhadas pelo presidente estadunidense Jimmy Carter em sua casa de campo em Maryland, redundaram em dois acordos anunciados (diante dos olhos do mundo) em setembro de 1978. Esses acordos ficaram conhecidos como acordos de Camp David. As premissas fundamentais eram: a desocupação da península do Sinai ocupada por Israel durante a Guerra dos Seis Dias em troca do reconhecimento do Estado hebreu pelo Egito, além de disposições de como seria conduzida a questão palestina.

Os acordos de Camp David foram um marco por dois motivos: pela primeira vez um país árabe

---

Nasser estabeleceu que “o povo palestino deveria organizar-se independentemente para travar a luta pela “libertação da Palestina”.

<sup>21</sup> CHAGNOLLAUD, J. P. – DIPLOMATIQUE – 2010.

<sup>22</sup> Em 1973 durante a Guerra de Yom Kippur os membros da OPEP aumentaram os preços do barril de petróleo em mais de 300%.

<sup>23</sup> SALEM, 1986.

reconhecia Israel como Estado<sup>24</sup> e; os acordos proporcionaram uma base mutuamente reconhecida sobre condições para a solução do problema palestino bem como do estabelecimento de um governo autônomo na Cisjordânia e na Faixa de Gaza<sup>25</sup>. Mas ainda havia muralhas a serem transpostas.

O otimismo percebido pelo mundo no abraço entre Begin e Sadat como um importante passo para a questão palestina se mostrou utópico em sua materialização. Muito se deu pela política expansionista colonial sionista: o estabelecimento de novos assentamentos na Cisjordânia e Faixa de Gaza. O repúdio da OLP com relação a Camp David também foi determinante. Entre o descontentamento palestino questões relacionadas ao regresso dos refugiados, a participação efetiva de representantes palestinos tanto na confecção dos acordos bem como na execução da autonomia proposta eram vistos como uma farsa. À medida em que novos assentamentos surgiam – principalmente na Cisjordânia, território densamente povoado pelos árabes – e evidenciava-se a recusa das autoridades palestinas em negociar segundo os moldes propostos pela “paz em separado”<sup>26</sup> realizada por Sadat, intensificavam-se as manifestações anti-israelenses e as repreensões ao povo palestino, cada vez mais violentas; exacerbando o ódio de ambos os lados.

Como reflexo inevitável da profunda frustração, em 1987<sup>27</sup> o povo palestino pega em pedras e inicia o que ficou conhecido como a primeira Intifada. A partir desse momento o parlamento da OLP passará a conduzir a sua política sob a ótica da criação de dois Estados na Palestina. Para Israel a conduta da liderança palestina, que por um lado “renunciava ao terror” como meio para atingir seus fins, mas aclamava a “luta pela libertação” da palestina, externava contradições. Estas, por sua vez, conduziram o Estado hebreu a refutar a possibilidade de qualquer processo de paz ou reconhecimento da OLP como representante do povo palestino, tratando-os como uma organização terrorista. Entretanto essa foi uma importante concessão – a saber: aceitação da criação de dois Estados na Palestina – feita pela OLP que abriu espaço para o diálogo acerca do conflito nos anos subsequentes.

Na conferência realizada em 1991 em Madri, Espanha, inauguraram-se as negociações de paz entre palestinos e israelenses, a premissa era a devolução dos territórios ocupados por Israel como medida para resolução do conflito árabe-israelense. A conferência fracassou, mas os princípios tratados os conduziram a negociações bilaterais (Israel e palestinos) e troca de correspondências<sup>28</sup>; o que mais tarde os levou a Oslo.

## 6. Os acordos de Oslo

Assinados entre 1993 e 1999, os acordos de Oslo, previam a promoção gradual de um processo de paz entre os atores. As prerrogativas se baseavam nas resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança em

---

<sup>24</sup> Para o Egito a paz com Israel repercutiu no isolamento da comunidade árabe e custou a vida de Sadat, assassinado em 1981 por membros da Jihad Islâmica. Para Israel foi um valioso passo para reduzir a insegurança interna, e um importante precedente para a paz com a Jordânia e os acordos de Oslo.

<sup>25</sup> A concessão de autonomia para os palestinos idealizada por Israel era definitivamente limitada. A proposta seria a substituição de um regime militar [retirada/realocação parcial das tropas] por um governo civil, o que na prática asseguraria considerável controle dos territórios ocupados por Israel.

<sup>26</sup> SALEM, 1986, p. 81.

<sup>27</sup> Neste mesmo ano é criado o Hamas, ou Movimento de Resistência Islâmico. A palavra de ordem do movimento é a criação de um Estado palestino islâmico em toda Palestina. O oitavo artigo de sua carta de princípios sintetiza seus ideais: “Deus é o seu objetivo, o apóstolo o seu modelo, o Corão a sua constituição, a Jihad seu caminho e a morte da forma mais proeminente a expectativa de Deus.” Charte du Mouvement de la Résistance Islamique – Palestine.

<sup>28</sup> Nesse período as negociações ainda eram secretas.

que nenhum território adquirido por meio da força seria legítimo. A “Declaração de Princípios” estipulava o estabelecimento de uma “Autoridade Palestina de autogoverno provisória”<sup>29</sup> por um período não superior a cinco anos. O acordo objetivava especificar:

*“... the structure of the Council, the number of its members, and the transfer of powers and responsibilities from the Israeli military government and its Civil Administration to the Council. The Interim Agreement shall also specify the Council’s executive authority, legislative authority...” Article VII Interim Agreement. Declaration of Principles on Interim Self-Government Arrangements, 1993.*<sup>30</sup>

Durante o processo haveria a transição da jurisdição do território ocupado – Gaza e Margem Ocidental do rio Jordão – de Israel para a Autoridade Nacional Palestina – que acabara de surgir como fruto dos acordos. A transição seria paulatina, marcada pela retirada do exército israelense da Faixa de Gaza e da área de Jericó<sup>31</sup>, a ser suplantada pelo estabelecimento de uma força policial palestina, capaz de estabelecer a ordem pública e, conter atos de insurgência contra Israel, bem como a realização de eleições políticas diretas para que o povo palestino pudesse eleger democraticamente seus representantes.

A premissa era viabilizar a autonomia palestina para autogovernar-se, e, para isso, ficou acordada a criação de organismos para promover o desenvolvimento econômico, entre eles: *“a Palestinian Electricity Authority, a Gaza Sea Port Authority, a Palestinian Development Bank, a Palestinian Export Promotion Board...”*<sup>32</sup>.

Entretanto os dispositivos, permeados por ressalvas e postergando os principais entraves<sup>33</sup>, abriam um vácuo para manobras que contrariavam a lógica de Oslo, ou demonstram sua verdadeira “face”: a falta de interesse em concessões e posicionamentos concretos para o alcance da paz. No entanto essa realidade só seria percebida, pela maioria, mais tarde.

Em meio à euforia inicial, descreve Bregman:

*“I saw Yitzhak Rabin’s handshakes, first with Yasser Arafat in 1993 and then with King Hussein of Jordan in 1994 historic events so powerful that they should, so I believed, in their symbolism alone, have put an end to the Arab- Israeli conflict. ‘Never’, I remember myself saying with much conviction in a lecture, ‘will anyone be able to turn this wheel back. I was wrong – like many others...” (BREGMAN, 2002, Preface to the 2002 Edition).*<sup>34</sup>

O preâmbulo do Acordo Provisório de 1995 determina:

<sup>29</sup> Israel-Palestine Liberation Organization Agreement, 1993.

<sup>30</sup> “... a estrutura do Conselho, o número de membros, e a transferência de poderes e responsabilidades do governo militar Israelense e sua administração civil ao Conselho. O Acordo provisório deverá também especificar sua Autoridade executiva e legislativa...” (Tradução do Autor.

<sup>31</sup> Cisjordânia.

<sup>32</sup> “Autoridade Palestina de Energia, o Porto Marítimo de Gaza, um Banco de Desenvolvimento Palestino, o Conselho Palestino de Promoção à Exportação...” (Tradução do Autor.

<sup>33</sup> Nomeadamente: o futuro de Jerusalém Oriental, o destino dos assentamentos, a questão do retorno dos refugiados palestinos e a delimitação de fronteiras.

<sup>34</sup> “Eu vi Yitzhak Rabin apertar mãos, primeiro com Yasser Arafat em 1993 e depois com o Rei Hussein da Jordânia em 1994, momentos históricos tão poderosos como deveriam, então acreditei, que em seu simbolismo somente, haviam colocado um fim no conflito árabe-israelense. ‘Nunca’, eu me lembro de ter dito com muita convicção em uma palestra, ‘ninguém será capaz de fazer essa “roda” retroceder’. Eu estava errado – como muitos outros...” (Tradução do Autor.

*“Reaffirming their mutual commitment to act, in accordance with this agreement, immediately, efficiently and effectively against acts or threats of terrorism, violence or incitement, whether committed by Palestinians or Israelis.” Israeli-Palestinian Interim Agreement on the West Bank and the Gaza Strip, 1995.<sup>35</sup>*

A perniciosa expansão dos assentamentos israelenses e as revoltas palestinas que se seguiram, marcadas por atentados contra a população em Israel, demonstram uma desconexão entre as promessas e a realidade. Os fatos começavam a fragmentar as esperanças daqueles que acreditavam que a paz seria fruto de Oslo.

As diretrizes fundamentais que ficariam aguardando uma definição final após o início das negociações em Oslo I não foram solucionadas em 1995 conforme o previsto para Oslo II.

A divisão da Cisjordânia em áreas A, B e C, conforme determinam os acordos de 1995, trouxe a percepção às autoridades palestinas de que Israel estava transformando um controle militar direto em um domínio indireto sobre o povo palestino. Os representantes israelenses alegavam que Arafat exigia concessões em excesso, enquanto a ANP recusava aceitar seu território transformado em “arquipélago”. Por não serem interligados entre si, inviabilizava-se, portanto, a criação de um Estado palestino autônomo.

Como fruto dos constantes desacordos, os anos de 1990 foram marcados por um diálogo que se esfriou gradativamente. Os resultados obtidos pela iniciativa na Noruega ficaram muito aquém das expectativas. Yitzhak Rabin, primeiro-ministro que representara Israel no acordo de Oslo I em 1993, foi assassinado dois anos após o aperto de mãos com Yasser Arafat por um judeu de extrema-direita. A guerra, de certa forma, fazia parte da composição psicológica de gerações que nasceram em seu meio, motivo pelo qual se discutiam políticas objetivando educar para a paz; evidentemente sem – ou com muito pouco – sucesso.

Os esforços realizados em Oslo, golpeados pela morte de Rabin, caem por terra de vez no ano 2000. Ariel Sharon, líder do partido de direita *Likud*, visita a *Haram al-Sharif*<sup>36</sup>, onde um grande número de palestinos está presente. Interpretada como uma provocação, a visita de Sharon serve como estopim para a espiral de violência que dá início à Segunda Intifada. Marwan Barghouti, o militante palestino a quem é atribuída a liderança da Intifada, menciona que o impasse é fruto da ocupação de Israel e de seu sistema opressor que perpetua a condição de vida miserável do povo palestino. As manifestações, que segundo o próprio Barghouti, seriam pacíficas, deixariam, entre combatentes, civis e crianças, 3223 palestinos mortos e 950 israelenses<sup>37</sup>.

Enquanto Sharon – eleito primeiro-ministro em 2001 – é pressionado para por fim aos atentados, Arafat, por sua vez, é acusado de corrupção e contestado acerca da manipulação de cargos e recursos pela Autoridade Palestina. Sharon encontra alternativa na retirada das colônias israelenses da Faixa

<sup>35</sup> “Reafirmando seu compromisso mútuo de agir, em conformidade com esse Acordo, imediatamente, de forma eficiente e eficaz contra atos ou ameaças de terrorismo, violência ou incitamento, cometidos por palestinos ou israelenses.” (Tradução do Autor.)

<sup>36</sup> Esplanada das Mesquitas ou Monte do Templo situado em Jerusalém.

<sup>37</sup> BBC - Intifada toll 2000-2005 (2005).

de Gaza<sup>38</sup>, e busca apressar a construção da “cerca de segurança”. O muro<sup>39</sup>, composto em parte por fossos, cercas e paredes de concreto opõe-se à chamada “linha verde”<sup>40</sup>. Ao passo em que agrega diversos assentamentos israelenses na Cisjordânia, o “muro” também isola aldeias palestinas, gerando estagnação da atividade econômica e um dramático impacto nas condições de vida do povo palestino. As revoltas são inevitáveis e o legado de Oslo torna-se sinônimo de frustração. Para Said (2004), a retórica de paz mascara a grande fraude postulada em Oslo.

## 7. Considerações Finais: Avanços ou Retrocessos?

Nos anos subsequentes às negociações seriam retomadas na cúpula de Camp David em 2000, Cairo e Taba, 2001, em 2003 na Suíça com acordo de Genebra, em 2004 o “*Roadmap for Peace*”<sup>41</sup>, em 2007 na Conferência de Annapolis, em 2008 durante a trégua entre o Hamas e Israel, novamente em 2010... todos objetivando retomar as pendências de Oslo: os assentamentos israelenses, a partilha de Jerusalém, questões de segurança, e a busca por um acordo em relação à questão dos refugiados.

As intermináveis cúpulas, acordos e conferências, anunciam claramente: Oslo falhou. O fracasso de ambos os lados em honrar os compromissos firmados na Noruega podem ser visualizados através de dois exemplos – entre tantos outros: Israel era incapaz de conter a expansão dos assentamentos – e é no mínimo passível de contestação a sua intenção em fazê-lo; a ANP fez concessões que não poderia sustentar. A principal delas seria renunciar em silêncio ao passado de sacrifícios de uma multidão de desalojados desde o *Nakba* (1948)<sup>42</sup>. Estes pontos, por sua vez, externam algo mais profundo: uma desconexão entre a as promessas feitas por Rabin e Arafat e os anseios da população palestina e israelense. Após tantos anos de tragédias coletivas, se aglomeram correntes e grilhões sobre os punhos das autoridades políticas de ambos os lados, de forma que, em meio a um cenário tão babélico, seria impossível adotar uma postura que viesse a ser equitativa para todos. Para muitos implicaria em desonrar a luta de pais, filhos e irmãos, o que tende perpetuar o conflito.

Em seu livro “Contra o Fanatismo” (2002), Amós Oz descreve a relação entre palestinos e israelenses como um choque entre “certo e certo”, ou seja, refuta o clássico posicionamento maniqueísta ao dizer que ambos os lados dispõem de bons argumentos e bons motivos para serem tão ferrenhos na defesa de seus pontos de vista. Faz também uma analogia ao conflito de forma elucidativa:

“Se há algo a esperar, isso é um divórcio justo e razoável entre Israel e Palestina... as duas partes que se divorciam ficarão definitivamente no mesmo apartamento. Ninguém vai se mudar. E como o apartamento é muito pequeno, será necessário decidir quem fica com o quarto A e quem fica com o quarto B, e o que se fará em relação à sala de estar. E, devido ao pequeno tamanho do apartamento, algum arranjo especial terá que ser feito em relação ao banheiro e à cozinha. Muito inconveniente.” (OZ, 2004, p.58)

<sup>38</sup> “A Autoridade Nacional Palestina (ANP) regozijava -se diante do que julgava ser um primeiro passo, ainda que tímido, rumo à criação de um Estado palestino... muitos israelenses viram a saída de Gaza como um preço a ser pago pela segurança nacional, para outros ela representou uma concessão inaceitável ao inimigo e uma capitulação diante do terrorismo.” (LIMONCIC, 2005, p.141)

<sup>39</sup> Israel iniciou sua construção em 2002. Em 2004, a Corte Internacional de Justiça, declara que a construção do muro nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO) é contrária a lei internacional.

<sup>40</sup> As fronteiras determinadas pela resolução 242, cujo território seria correspondente ao anterior à Guerra dos Seis Dias.

<sup>41</sup> “Mapa da Estrada” ou “Mapa do Caminho para a Paz.”

<sup>42</sup> A Declaração de Princípios não determinava uma resolução para a questão dos refugiados, postergava-a.

Cabe fazer menção à polêmica divisão – ou não – do território em dois Estados. Diante da conjuntura que foi paulatinamente construída, a divisão é encarada com ceticismo. Políticas como “checkpoints”, controle sistemático dos recursos hídricos, expansão do muro e a recente decisão de anexar 400 hectares de terra da Cisjordânia<sup>43</sup> por parte de Israel externam a mensagem de que os palestinos devem procurar outro lugar para viver. Por outro lado os constantes e indiscriminados atentados protagonizados por grupos palestinos extremistas, bem como a indisposição do Hamas – integrado à ANP desde abril de 2014 – em adotar uma abordagem baseada em uma solução de dois Estados torna a tarefa ainda mais espinhosa.

Com a ferida aberta, a prioridade certamente é estancar o sangue, acalmar os ânimos, largar as armas. Com a supressão da animosidade criar-se-á um ambiente favorável para a retomada dos diálogos. Talvez com ações concretas e boa vontade no âmbito diplomático de ambos os lados – em um futuro ainda incerto – seja possível, de maneira mais efetiva, uma harmonização das demandas entre Israel e a Autoridade Nacional Palestina – o que implica dizer Fatah e Hamas.

Uma história de acontecimentos em que a paz esteve a milhas de distância e, por vezes, (aparentemente) a um pequeno passo, externa a realidade de uma relação permeada por avanços e retrocessos.

## Bibliografia

BBC. **Intifada Toll 2000 – 2005. (2005)** – Disponível em: <[http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle\\_east/3694350.stm](http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/3694350.stm)> Último acesso: 02/11/2014.

BITTON, S. **Palestina, A História de uma Terra.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1MXBL0Mc6XM>> Último acesso: 30 Mar. 2014.

BRAGA, A. **A Declaração Balfour.** Disponível em: <<http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Braga,%20Alfredo/A%20declaracao%20balfour.pdf>> Último acesso: 30 Mar. 2014

BREGMAN, A. **Israel's Wars: A history since 1947.** London: Routledge, 2000.

**British Palestine Mandate: The Peel Commission.** 1937. Disponível em: <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsourc/History/peel.html>> Último acesso: 01 Nov. 2014.

**Charte du Mouvement de la Résistance Islamique – Palestine (Hamás).** 1988. Disponível em: <<http://iremam.cnrs.fr/legrain/voix15.htm>> Último acesso: 31 Jul. 2014.

CUMMINS, J. **As maiores guerras da história: Os conflitos épicos que delinearão o mundo moderno.** Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 2011.

**Declaration of Principles on Interim Self-Government Arrangements – Oslo I** – 1993. Disponível em: <<http://unispal.un.org/unispal.nsf/0/71DC8C9D96D2F0FF85256117007CB6CA>> Acesso em 23 Ago. 2014

FELDBERG, S. **Perpetuando o conflito Israel – Palestina.** Revista Política Externa Vol. 13 nº 2. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

**Israeli-Palestinian Interim Agreement on the West Bank and the Gaza Strip – Oslo II** – 1995. Disponível em: <<http://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/D91C90A304F06EA4052564E60048C213>> Acesso em 23 Ago. 2014.

<sup>43</sup> “4 km<sup>2</sup> da terra ao redor do assentamento de *Etzion*.” Jornal Folha de São Paulo. 01/09/2014.

GOMES, A. R. **A questão da Palestina e a fundação de Israel.** Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, Departamento de Ciência Política, 2001.

HOUAT, S. F. **A criação do Estado de Israel e um Estado único como solução dos conflitos.** Último acesso: <[http://www.fabsoft.cesupa.br/saber/artigos/edicao1/STEPHAN\\_HOUAT.pdf](http://www.fabsoft.cesupa.br/saber/artigos/edicao1/STEPHAN_HOUAT.pdf)> Acesso em 30 Mar. 2014

**Israel-Palestine Liberation Organization Agreement.** 1993. Último acesso: <[http://avalon.law.yale.edu/20th\\_century/isrplo.asp](http://avalon.law.yale.edu/20th_century/isrplo.asp)> Acesso em 29 Jul. 2014.

LIMONCIC, F. **Israel, Palestina e a língua do P: (Paz), Paus e Pedras no meio do caminho.** Revista Insight Inteligência, nº 31, 2005.

OZ, A. **Contra o Fanatismo.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

**Programa Roda Viva – Benny Morris.** Transmissão: 23 de Jun. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ko6VKUMVL30>> Último acesso: 01 e Jul. 2014.

SALEM, H. **O que é QUESTÃO PALESTINA.** São Paulo: Editora Nova Cultural, 1986.

SAMPAIO, L. A. **Paz no Oriente Médio: ilusão ou possibilidade?** Revista Negócios Estrangeiros, nº 13, 2008.

TURRER, R. **Benny Morris: “Não há chance de paz entre Israel e Palestina”.**

Revista Época. 09 Mar. 2014. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/03/bbenny-morrisb-nao-ha-chance-de-paz-entre-israel-e-palestina.html>> Último acesso: 01 Nov. 2014.